



Indicadores sobre a pobreza

Portugal e União Europeia



2008

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
Telefone: 225 420 800 Fax: 225 403 250
E-mail: geral@reapn.org Site: www.reapn.org

Actualização em Outubro de 2008

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objetivos de desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU em 2000 reflectem este enorme desafio e definem como meta a redução da pobreza extrema, para metade até 2015. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

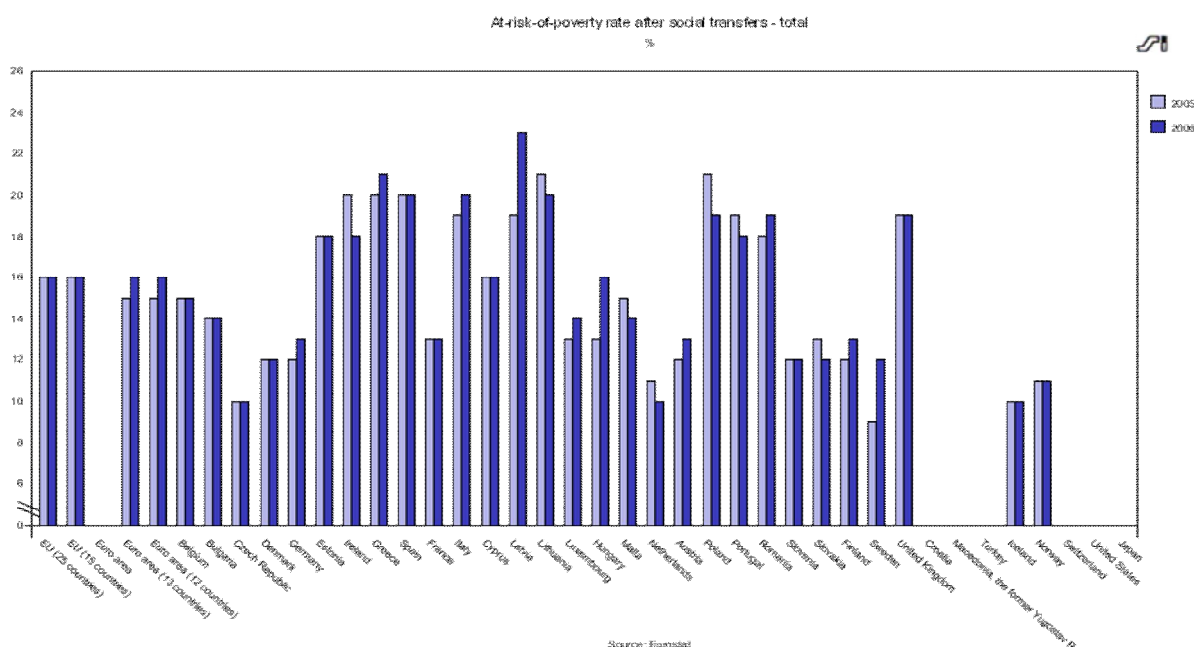
Os dados estatísticos existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões destes flagelos, mas aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir avaliando o caminho que estamos a percorrer, pelo que se torna útil compilar alguns indicadores sobre estes fenómenos.

Taxa de risco de pobreza: comparações entre países

O risco de pobreza é medido através da percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente. Tendo em conta um dos últimos Relatórios de Monitorização do *Observatório Europeu para a Situação Social e a Demografia* referente à inclusão social e à distribuição do rendimento¹ existem ao nível dos vários Estados Membros (24 UE) **4 grupos que se destacam pelo elevado nível de risco de pobreza:**

- * pessoas em idade activa (a baixo dos 65 anos de idade) vivendo sozinhas com uma criança a cargo (são na sua maioria mulheres);
- * pessoas que vivem sozinhas com idade superior a 65 anos, ausentes do mercado de trabalho pago (são na sua maioria mulheres);
- * pessoas que vivem sozinhas em idade activa, mas que não estão empregadas;
- * agregados com filhos (3 ou mais filhos) em que nenhum dos elementos do casal, ou apenas um deles, está empregado.

Taxa de Risco de Pobreza após as transferências sociais, 2005/2006



Fonte: Eurostat, *Structural Indicators*

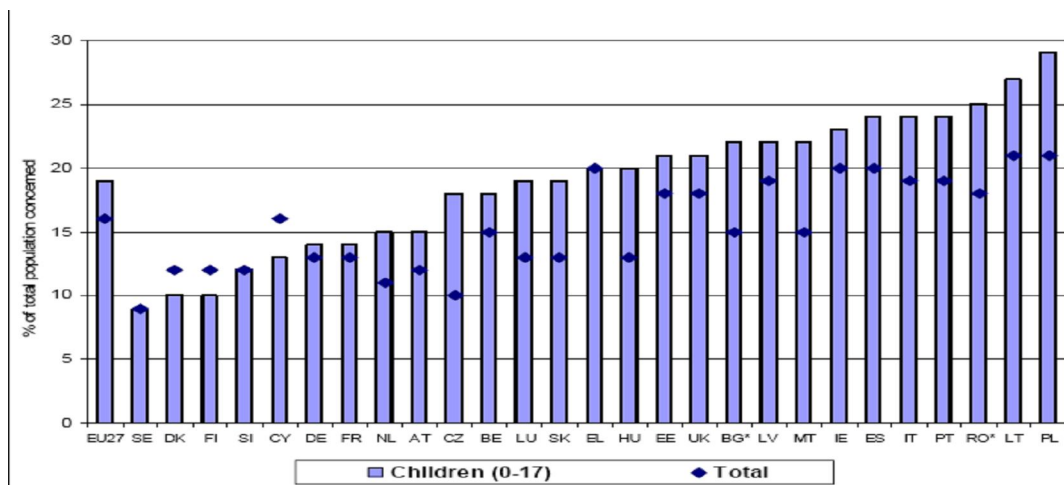
¹ European Observatory on the Social Situation - Social Inclusion and Income Distribution Network, *Social Inclusion and Income Distribution in the European Union – 2007*, European Commission, December 2007, p.43 e ss.

Segundo os dados mais recentes da Eurostat² esta taxa de risco de pobreza (após as transferências sociais) estima-se para a União Europeia (EU 25), de cerca de 16% (2006). Este valor médio esconde variações consideráveis nos Estados Membros das quais se destaca o caso da Holanda (10%) e da República Checa (10%) por comparação com os 23% da Letónia e os 21% da Grécia. Portugal situa-se nos 18%.

Taxa de risco de pobreza infantil

As crianças vivem com um risco de pobreza superior ao resto da população. Segundo o mais recente relatório do Comité de Protecção Social sobre Pobreza Infantil³, em 2005 cerca de 19 milhões de crianças viviam abaixo do limiar de Pobreza na UE27, isto é, cerca de **19% de crianças estavam em risco de pobreza** por comparação com os 16% do total de população.

Taxa de Risco de Pobreza na EU (%), Total e Crianças, EU27 2005



Fonte: EU-SILC (2005) - income year 2004 (income year 2005 for IE and the UK); except for BG and RO - estimates based on the 2005 national Household Budget Survey. UK data provisional⁴

Em termos de países é interessante perceber como estes se distinguem na relação entre a taxa de pobreza infantil e a taxa de pobreza total, e destas com a média europeia.

Tipologia de Países da UE: Taxas nacionais de Pobreza Infantil VS Pobreza Infantil da EU e VS Taxas Nacionais de Pobreza (2005)

	As Crianças estão em menor risco do que (ou igual) ao total da população	As Crianças estão em maior risco de pobreza do que o total da população (=<5pp)	As Crianças estão em significativo risco do que a maioria da população (>5pp)
A pobreza infantil é inferior à média europeia	DK, FI, SE, CY, SI	BE, DE, FR, NL, AT	CZ
A pobreza infantil está acima (ou é igual) à média europeia	EL	ES, IT, PT, IE, UK, EE, LV	BG, HU, LT, LU, MT, PL, RO, SK

² Taxa de Risco de Pobreza após as transferências sociais, in *Structural Indicators*. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

³ Social Protection Committee, *Child Poverty and Well-Being in the EU. Current status and way forward*, European Commission, January 2008.

⁴ Idem, p.14.

Todos os países que possuem uma taxa de pobreza infantil maior do que a média europeia e a totalidade da população identificaram a pobreza infantil como um desafio chave nos Relatórios Estratégicos Nacionais (2006-2008) e descreveram as diferentes medidas que planeiam, ou já se encontram, a implementar. Portugal é reconhecido como um dos países que definiu estratégias específicas para combater a pobreza infantil e que estabeleceu já há alguns anos, objectivos quantitativos nesta matéria.

Emprego/ desemprego

Segundo dados da Eurostat⁵ o **emprego** cresceu durante o ano de 2007 cerca de 1.6% (3 509 000 pessoas) na UE 27 por comparação a 2006 (durante o qual tinha crescido 1.5%). A Eurostat estima que no 4º trimestre de 2007 estavam empregados na UE 27 cerca de 224.2 milhões de mulheres e homens. Desde a 1ª metade de 2007 o emprego tem vindo a beneficiar de um forte momento de crescimento o que tem influenciado de um modo positivo a taxa de desemprego.

Esta tendência crescente tem-se vindo a manter, sendo que os dados mais recentes⁶ apontam, para o 2º trimestre de 2008, uma subida no número de pessoas empregadas na ordem dos 0.2% (401 000 pessoas) para a UE27. Por comparação com o ano de 2007, e igual trimestre, o emprego cresceu 1.2% na Zona Euro e 1.3% na UE27.

Em **Agosto de 2008** a Eurostat⁷ estimou que cerca de 16 572 milhões de homens e mulheres na UE 27 (6.9%), e cerca de 11 596 milhões (7.5%) na zona euro (EA15), viviam em situação de **desemprego**. Em comparação com Julho de 2008 o número de pessoas desempregadas aumentou cerca de 67 000 e 90 000 respectivamente. Em comparação com Agosto de 2007, o desemprego caiu cerca de 225 000 na UE27, mas cresceu cerca de 272 000 na Zona Euro.

Entre os Estados Membros, a mais baixa taxa de desemprego foi registada na Holanda (2.6%) e na Dinamarca (2.9% em Julho de 2008). Por sua vez a Espanha (11.3%) e a Eslováquia (9.9%) registaram as taxas mais altas.

Segundo a mesma fonte, 19 Estados Membros registaram no período de 1 ano uma descida na sua taxa de desemprego, e 8 registaram uma subida. No primeiro grupo encontra-se a Polónia (9.2% para 6.7%) e no segundo grupo encontra-se a Espanha (8.3% para 11.3%).

Desemprego (%) em Agosto de 2008 – por ordem ascendente

NL	DK	AT	CY	EE	LU	SI	CZ	LT	UK	BG	MT	SE	RO	IE
2.6	2.9 Jul/08	3.3	3.6	4.0	4.2	4.2	4.3	5.1	5.4 Jun/08	5.6	5.7	5.8	5.9	6.2
FI	LV	BE	PL	IT	EU27	DE	EA	EL	PT	HU	FR	SK	ES	
6.3	6.5	6.6	6.7	6.8 2º T/08	6.9	7.2	7.5	7.5	7.5	7.9	8.0	9.9	11.3	

Fonte: Euro-Indicators, Eurostat, 136/2008

⁵ Euro-Indicators, Eurostat, 39/2008 (17 de Março de 2008).

⁶ Euro-Indicators, Eurostat, 127/2008 (12 de Setembro de 2008)

⁷ Euro-Indicators, Eurostat, 136/2008 (1 de Outubro de 2008).

Taxa de desemprego por género/idade⁸

A Taxa de desemprego nos Homens aumentou de 6.6% para 6.8% entre Agosto de 2007 a Agosto de 2008 na Zona Euro e manteve-se estável em 6.5% na UE27. Relativamente à Taxa de desemprego feminino assiste-se também a uma descida em igual período (8.4% para 8.3%) para a Zona Euro e de 7.7% para 7.4% para a UE27.

Verifica-se uma situação idêntica quando se faz uma leitura da **taxa de desemprego tendo por base a idade**. Assim, em Agosto de 2008 a Taxa de desemprego juvenil (abaixo de 25 anos) foi de 14.9% quer para a zona euro, quer para a UE27, sendo que em Agosto de 2007 foi de 14.6% e 15.2% respectivamente. As taxas mais baixas foram verificadas na Holanda (4.9%) e na Áustria (6.3%), e as mais altas na Espanha (24.6%) e na Grécia (21.4% no 2º trimestre de 2008).

Segundo as **previsões económicas da Primavera**⁹ prevê-se uma descida da Taxa de desemprego na ordem de 7 1/4% em 2008-2009 para a zona euro e de 6.8%, para os dois anos, na UE. Pensando em termos das metas estabelecidas para 2010, que para a taxa de emprego era de 70%, o referido relatório refere que esta meta dificilmente será alcançada. *“Ou seja, as reformas estruturais realizadas tiveram, efectivamente, um impacto positivo no mercado de trabalho e contribuíram para um aumento da taxa de emprego de aproximadamente de 3 para 4 pontos percentuais, desde o ano 2000 até ao momento. No entanto, apesar desta melhoria, a UE não irá, igualmente, ser capaz de alcançar as metas estabelecidas para os trabalhadores idosos (50%) e para as mulheres (60%) em matéria de taxas de emprego”.*

Adultos e crianças vivendo em agregados em que nenhum dos elementos tem emprego (joblessness)¹⁰

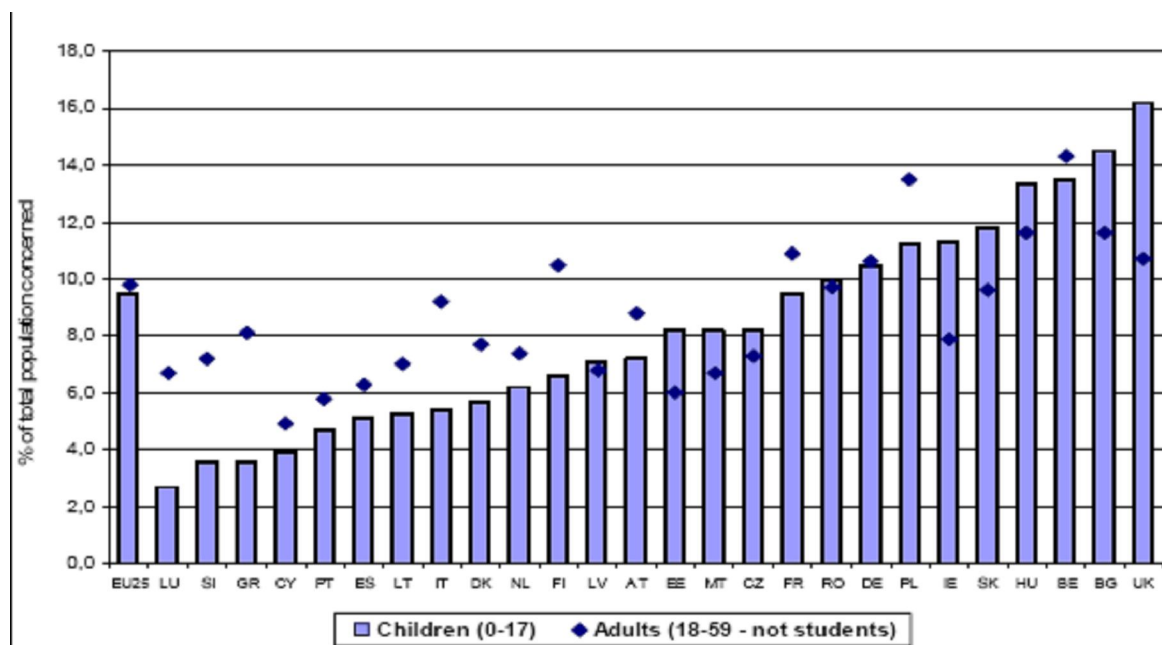
Em 2006, na UE 25, perto de **10% dos adultos em idade activa** (idades compreendidas entre 18-59 anos e não estudantes) **viviam em agregados onde nenhum dos elementos trabalhava**. Este valor varia entre 6% no Chipre e em Portugal para 13% na Polónia e na Bélgica. Em média, uma proporção similar de crianças vive neste tipo de agregados (10% na UE em 2006). O mesmo relatório refere, no entanto, que esta proporção varia de forma considerável entre os Estados Membros: entre 4% no Luxemburgo, Eslovénia e Grécia para mais de 14% na Bulgária e no Reino Unido. No cômputo geral da UE e na maioria dos seus países esta situação não tem vindo a melhorar desde os últimos 5 anos.

⁸ *Euro-Indicators*, Eurostat, 136/2008 (1 de Outubro de 2008).

⁹ European Commission, *Economic Forecast*, Spring 2008, pp.37-40.

¹⁰ Social Protection Committee, *Child Poverty and Well-Being in the EU. Current status and way forward*, European Commission, January 2008, pp. 28/29

Adultos e Crianças a viverem em Agregados onde nenhum dos elementos tem emprego (joblessness), EU-27, 2006



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey, Spring results¹¹

É igualmente interessante perceber o impacto do *Joblessness* (sem emprego) e do reduzido tempo efectivo de trabalho dos membros do agregado familiar¹² (*low work intensity*) no risco de pobreza para o agregado, que acaba por ser muito maior quando este agregado tem crianças a seu cargo. Segundo este Relatório do Comité de Protecção Social esta situação reflecte o elevado número de membros dependentes nesses agregados e demonstra que mesmo nos países com maior índice de despesa, as transferências sociais não compensam/substituem a falta de rendimento resultante do trabalho das famílias que possuem crianças a cargo. Esta situação reforça a necessidade de estabelecer ligações entre os *agregados com crianças* com o mercado de trabalho no sentido de proteger de um modo mais efectivo e prolongado as crianças da pobreza e da exclusão social.

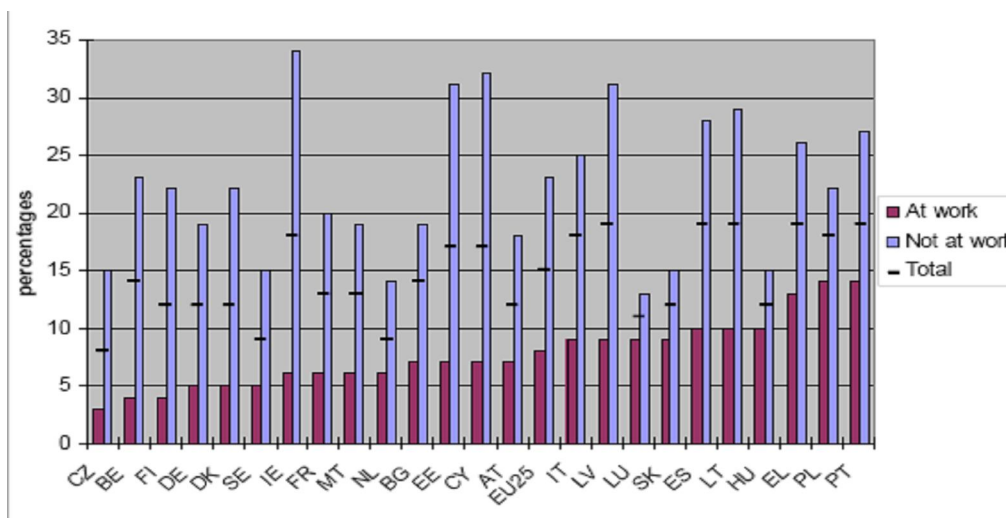
Risco de pobreza de pessoas empregadas com 18 anos ou mais, com base nos rendimentos de 2004 (in work poverty)

Ter um emprego nem sempre protege as pessoas do risco de pobreza. **A taxa de risco de pobreza é relativamente elevada para aqueles que têm um trabalho. Essa taxa é de 8% para a EU25, sendo de 3% na Republica Checa, 4% na Bélgica e Finlândia, 13% na Grécia e de 14% na Polónia e Portugal.**

¹¹ Idem, p.29

¹² A expressão *work intensity* é definida em relação à situação de trabalho de todos os adultos em idade activa (que não sejam estudantes) sobre a totalidade do período de referência do rendimento (12 meses).

Taxa de risco de pobreza por situação face ao trabalho, indivíduos com 18 anos ou mais (2004)

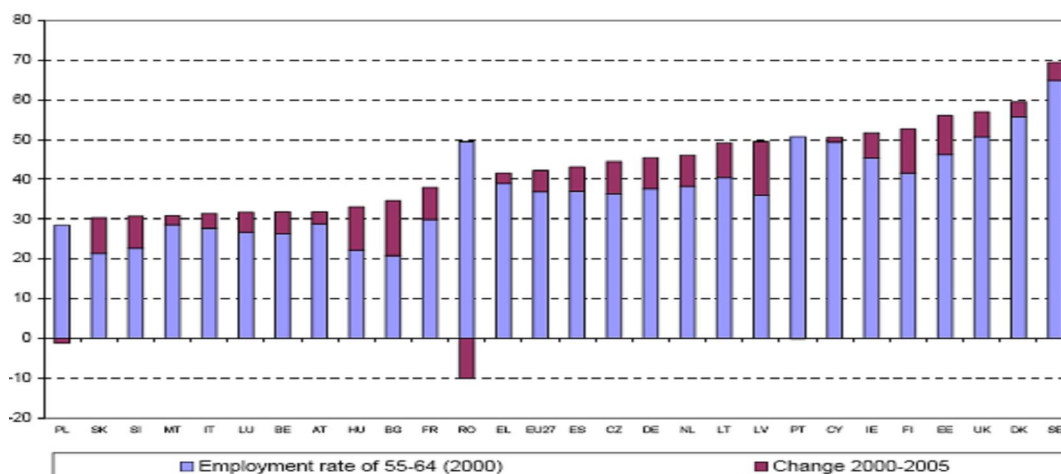


Fonte: Eurostat, EU-SILC (survey year 2005, income year 2004).
National data source for BG (survey and income year 2004)¹³

Taxa de trabalhadores idosos

A taxa de emprego das pessoas idosas têm vindo a aumentar recentemente. Como se pode ver pelo gráfico, esta taxa aumentou de 36% em 1995 para 44% em 2005 (EU15), sendo que na EU25 aumentou de 36.6% em 2000 para 43% em 2005.

Taxa de Emprego dos trabalhadores idosos em 2005 e sua evolução desde 2000



Fonte: Labour Force Survey, annual averages.¹⁴

Também aqui verificam-se variações ao nível dos Estados Membros: a taxa de emprego dos idosos situa-se a baixo ou perto dos 30% em países como Bélgica, Itália, Luxemburgo, Malta, Áustria, Polónia, Eslovénia e Eslováquia; entre 30% e 45% na Bulgária, Hungria, Republica Checa, Grécia, Espanha, França e Roménia); **entre 45% e 55% na Alemanha, Letónia, Lituânia, Holanda, Irlanda, Chipre, Portugal e Finlândia**; e, por fim, mais de 55% na Estónia, Dinamarca, Suécia e Reino Unido.

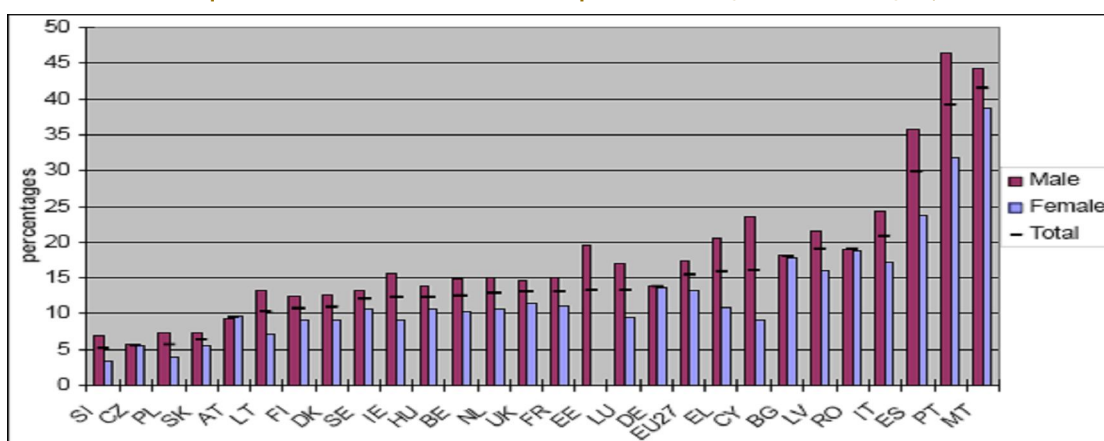
¹³ Commission Staff Working Document - *Joint Report on Social Protection and social Inclusion – 2007*, SEC(2007) 329, pp. 45/46

¹⁴ Commission Staff Working Document - *Joint Report on Social Protection and social Inclusion – 2007*, SEC(2007) 329, pp.36-38

Tendo em conta o objectivo da Estratégia de Lisboa de tornar a Europa a economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada na gestão do conhecimento e da inovação, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e uma maior coesão social, a qualificação das pessoas é um factor fundamental para a inclusão social. Assim, na UE cerca de 15% dos jovens com idades entre os 18 e os 24 anos possuem escolarização abaixo da secundária e não estão em nenhuma outra forma de educação e formação (*early school leavers*, cuja meta para 2010 é de 10%). **A percentagem de abandono é de 30% em Espanha, 39% em Portugal** e quase 42% em Malta. Os países que possuem as taxas mais baixas são: Polónia, Republica Checa e Eslovénia (abaixo de 6%). Em quase todos os Estados Membros a percentagem de abandono é maior nos homens, com excepção da Roménia, Bulgária, Alemanha e Republica Checa.

Abandono escolar precoce (2006)

(% de população total com idades entre 18-24 anos que têm uma baixa educação secundária e que não estão nem em outro tipo de educação ou formação)



Fonte: Eurostat, Labour Force Survey – quarter 2¹⁵

¹⁵ Commission Staff Working Document - *Joint Report on Social Protection and social Inclusion – 2007*, SEC(2007) 329, p.34

Segundo dados da Eurostat¹⁶ as despesas com a protecção social contabilizaram, em 2005, 27.2% do PIB na União Europeia (UE 27), tendo sido 24.7% em Portugal (dados de 2004).

Despesas com a Protecção Social (por % de PIB)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EU 27	:	:	:	:	:	27.2
EU 25	26.6	26.8	27.1	27.4	27.3	27.4
EU 15	27.0	27.1	27.4	27.8	27.7	27.8
EA 13	26.8	26.9	27.4	27.8	27.8	27.8
BE	26.5	27.3	28.0	29.1	29.3	29.7
BG	:	:	:	:	:	16.1
CZ	19.5	19.5	20.2	20.2	19.3	19.1
DK	28.9	29.2	29.7	30.9	30.9	30.1
DE	29.3	29.4	30.0	30.3	29.6	29.4
EE	14.0	13.1	12.7	12.6	13.1	12.5
IE	14.1	15.0	17.3	17.8	18.2	18.2
EL	23.5	24.1	23.8	23.6	23.6	24.2
ES	20.3	20.0	20.3	20.4	20.6	20.8
FR	29.5	29.6	30.4	30.9	31.3	31.5
IT	24.7	24.9	25.3	25.8	26.0	26.4
CY	14.8	14.9	16.2	18.4	17.8	18.2
LV	15.3	14.3	13.9	13.8	12.9	12.4
LT	15.8	14.7	14.1	13.6	13.3	13.2
LU	19.6	20.9	21.6	22.2	22.3	21.9
HU	19.3	19.3	20.4	21.1	20.7	21.9
MT	16.5	17.4	17.5	17.9	18.4	18.3
NL	26.4	26.5	27.6	28.3	28.3	28.2
AT	28.1	28.4	29.0	29.3	29.0	28.8
PL	19.7	21.0	21.1	21.0	20.1	19.6
PT	21.7	22.7	23.7	24.1	24.7	:
RO	13.2	13.2	13.4	12.6	15.1	14.2
SI	24.6	24.8	24.8	24.1	23.7	23.4
SK	19.3	18.9	19.0	18.2	17.3	16.9
FI	25.1	24.9	25.6	26.5	26.6	26.7
SE	30.7	31.2	32.2	33.2	32.7	32.0
UK	26.9	27.3	26.2	26.2	26.3	26.8
IS	19.2	19.4	21.2	23.0	22.6	21.7
NO	24.4	25.4	26.0	27.2	25.9	23.9
CH	26.9	27.6	28.5	29.1	29.3	29.2

Fonte: Eurostat ESSPROS¹

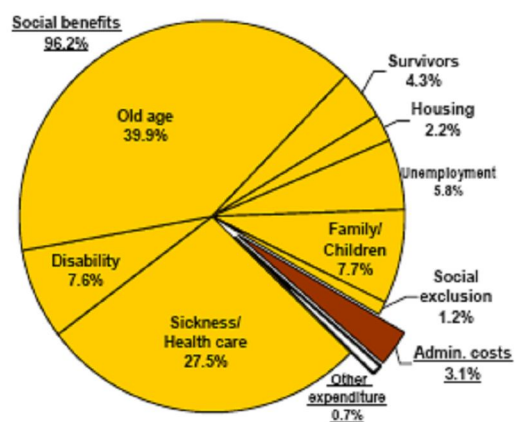
Para a EA13 verifica-se uma estabilidade desde 2003. Esta estabilidade parece ser resultado da diferença existente, por um lado, entre países como a Alemanha, Áustria, Polónia e República Checa onde as despesas com a protecção social por % de PIB diminuíram entre 2003 e 2005 e, por outro lado, entre países como Bélgica, Irlanda, França, Itália e Espanha onde as despesas com a protecção social por % de PIB têm vindo a aumentar desde 2000.

Quando se analisa a estrutura dessas despesas verifica-se que uma percentagem significativa é direccionada para os benefícios sociais (96.2%), os custos administrativos ficam por 3.1% e outras despesas em 0.7%.

A maior proporção de despesas com a protecção social é dirigida para a terceira idade (39.9%)

¹⁶ Eurostat, *Statistics in Focus*, 46/2008.

Estrutura das despesas com a Protecção Social na EU27 (2005)



Fonte: Eurostat ESSPROS¹⁷

¹⁷ Idem, p.3

2 - ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma directa ou indirecta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza¹⁸

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida - 2006) 18% da população portuguesa encontrava-se, em 2006, abaixo do limiar da pobreza, ou seja, tinham um rendimento médio mensal por adulto equivalente inferior a 366 euros (4 386 euros anuais).¹⁹ Apesar destes dados serem ainda provisórios, apontam para uma ligeira descida da taxa de pobreza ao longo dos últimos anos, nomeadamente quando nos referimos aos mais jovens, aos mais velhos e às mulheres. Efectivamente, verificam-se diferentes taxas de risco de pobreza consoante o sexo e o grupo etário e são as pessoas com 65 anos ou mais (26%), as pessoas com 17 anos ou menos (21%) e as mulheres (19%) os grupos que aparentemente se encontram numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza. Destes grupos destacam-se os idosos que com uma taxa de risco pobreza de 26%, possuem uma diferença de 8 pontos percentuais face a média nacional.

Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, (2004-2006) (INE)

	2004	2005	2006 (Po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20%	19%	18%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19%	19%	18%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	22%	20%	19%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	25%	24%	21%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17%	16%	16%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	29%	28%	26%

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Se a diferença entre a taxa de risco de pobreza dos agregados familiares sem crianças dependentes (19%) não se encontra muito distante da taxa de risco de pobreza dos agregados familiares com crianças dependentes (18%), verifica-se, no entanto, uma grande diferença quando nos referimos a famílias monoparentais ou famílias unipessoais. Assim, taxa de risco de pobreza atinge 40% das pessoas que vivem em agregados familiares monoparentais e 35% dos agregados familiares compostos por apenas uma pessoa. Refira-se ainda que houve um forte agravamento da taxa de risco de pobreza das famílias monoparentais, com um acréscimo de 10 pontos percentuais entre 2005 e 2006. Ao nível das famílias unipessoais, verifica-se ainda que a taxa de risco de pobreza sobe para 38% quando essa família é composta por apenas uma mulher e para 40% quando a família é composta por um adulto com 65 anos ou mais. As famílias compostas por dois adultos, mas que possuem ao seu cargo 3 ou mais crianças dependentes, possuem também uma elevada taxa de risco de pobreza – 38%.

¹⁸ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008

¹⁹ O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (2004-2006)

(INE)

	2004	2005	2006 (Po)
Total sem crianças dependentes	20%	19%	19%
1 Adulto sem crianças	35%	37%	35%
1 adulto sexo masculino, sem crianças	32%	34%	28%
1 adulto sexo feminino, sem crianças	37%	39%	38%
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	26%	28%	26%
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41%	42%	40%
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16%	15%	19%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30%	28%	26%
Outros agregados, sem crianças	12%	8%	10%
Total, com crianças dependentes	21%	20%	18%
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	32%	30%	40%
2 Adultos com 1 criança	13%	14%	12%
2 Adultos com 2 crianças	24%	23%	19%
2 Adultos com 3 + crianças	38%	42%	38%
Outros agregados, com crianças	19%	16%	16%

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: No contexto deste inquérito foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de 11%, esta taxa aumenta para 26% quando temos em atenção a população sem emprego residente em Portugal. Entre a população sem emprego, verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (31%) e dos outros inactivos (29%). Entre a população com emprego, a taxa de risco de pobreza é mais alta junto dos trabalhadores por conta própria (29%). Por outro lado, foi junto dos reformados que se verificou uma maior e constante descida da taxa de risco de pobreza entre 2004 e 2006 (descida de 3 pontos percentuais).

Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (2004-2006)

(INE)

	2004	2005	2006 (Po)
Total com emprego	12%	12%	11%
Em emprego por conta de outrem	8%	8%	6%
Em emprego por conta própria	29%	28%	29%
Total sem emprego	28%	27%	26%
Desempregado	32%	28%	31%
Reformado	26%	25%	23%
Outros inactivos	29%	28%	29%

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Tendo em conta o regime de ocupação, é junto dos arrendatários que se verifica uma taxa mais elevada de risco de pobreza – 26%.

Taxa de Risco de Pobreza segundo o regime de ocupação (2004-2006)
(INE)

	2004	2005	2006 (Po)
Total	20%	19%	18%
Proprietário ou cedido gratuitamente	19%	17%	17%
Arrendatário	26%	29%	26%

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Dispersão do limiar do risco de pobreza²⁰

Na União Europeia, a pobreza é medida através da linha de pobreza monetária. O limiar estabelecido para contabilizar a população em risco de pobreza corresponde a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país. No entanto, é possível verificar a dispersão em torno do limiar da pobreza e a assimetria de rendimentos. Se o limiar escolhido fosse, por exemplo, 70% ou 50% a taxa de risco de pobreza seria significativamente diferente. A taxa de risco de pobreza em Portugal seria de 26% caso o limiar tivesse como base 70% da mediana, ou seja, um acréscimo de 8 pontos percentuais.

É importante sublinhar que 6% da população auferem menos de 40% da mediana do rendimento por adulto equivalente e que esta percentagem apenas diminuiu um ponto percentual entre 2004 e 2006.

Dispersão do limiar do risco de pobreza (2004-2006)
(INE)

	2004	2005	2006 (Po)
Após transferência sociais (70% da mediana)	28%	27%	26%
Após transferência sociais (60% da mediana)	20%	19%	18%
Após transferência sociais (50% da mediana)	13%	13%	11%
Após transferência sociais (40% da mediana)	7%	7%	6%

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Desigualdade na distribuição do rendimento²¹

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), 20% da população em Portugal com maior rendimento recebe aproximadamente 6.8 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 11,9 vezes o rendimento dos 10% mais pobre. Por outro lado, apesar de uma ligeira diminuição da taxa de risco de pobreza entre 2004 e 2006, a desigualdade manteve-se praticamente inalterada nesse período (diminuição de 0.1 ponto percentual quando nos referimos ao indicador S80/S20 e 0.4 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S90/S10). Simultaneamente é possível verificar a forte desigualdade na distribuição dos rendimentos através do coeficiente de

²⁰ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008

²¹ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008

Gini que em Portugal, em 2006, era de 38%²². Significativo é igualmente o facto de não se verificar qualquer alteração nesses dados ao longo dos últimos 2 anos.

Sublinhe-se que existe uma diferença significativa face aos dados da EUROSTAT para Portugal no que se refere aos indicadores de desigualdade. Segundo esses dados, o coeficiente de Gini para Portugal, em 2005, era de 41%, sendo o mais elevado da União Europeia (abaixo de Portugal encontravam-se a Lituânia, a Letónia e a Polónia com coeficiente de Gini de 36).

Indicadores de Desigualdade do Rendimento (2004-2006) (INE)

	2004	2005	2006 (Po)
Coeficiente de <i>Gini</i>	38	38	38
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	6,9	6,9	6,8
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza²³

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 25% se apenas considerássemos as transferências relativas a pensões e de 40% se não considerássemos qualquer transferência social.

Através destes dados é possível verificar que a descida da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social foi apenas de 1 ponto percentual entre 2004 e 2006, ocorrendo sobretudo no último ano.

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Pobreza (2005) (INE - EU – SILC 2006)

	2004	2005	2006
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41%	41%	40%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	27%	26%	25%
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20%	19%	18%

²² A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

²³ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008

Rendimento Líquido Anual por NUTS II (2005/06)²⁵
(INE)

	Total		Contínente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
Rendimento total anual médio por agregado	22.136	100%	22.126	100%	19.906	100%	20.119	100%	27.463	100%	18.276	100%	22.080	100%	23.520	100%	21.295	100%
Rendimento monetário	17.891	81%	17.885	81%	15.734	79%	16.215	81%	22.804	83%	14.712	80%	17.004	77%	19.058	81%	17.028	80%
Trabalho por conta de outrem	10.770	49%	10.727	48%	9.360	47%	9.409	47%	14.163	52%	8.806	48%	9.315	42%	11.875	50%	11.831	56%
Trabalho por conta própria	2.005	9%	2.008	9%	1.992	10%	1.773	9%	2.165	8%	1.735	9%	2.881	13%	2.498	11%	1.392	7%
Propriedade e capital	394	2%	398	2%	345	2%	356	2%	515	2%	157	1%	693	3%	326	1%	252	1%
Pensões	3.961	18%	4.006	18%	3.187	16%	3.985	20%	5.211	19%	3.491	19%	3.503	16%	3.697	16%	3.014	14%
Outras transferências sociais	556	3%	558	3%	742	4%	440	2%	489	2%	439	2%	432	2%	493	2%	497	2%
Outras transferências, de agregados e outras n.e.	184	1%	188	1%	107	1%	9		261	1%	65	0%	9		168	1%	42	0%
Rendimento não monetário	4.245	19%	4.241	19%	4.172	21%	3.904	19%	4.659	17%	3.564	20%	5.076	23%	4.462	19%	4.267	20%
Auto-consumo e auto-abastecimento	288	1%	290	1%	352	2%	419	2%	113	0%	292	2%	278	1%	187	1%	265	1%
Auto-locação	3.067	14%	3.067	14%	2.796	14%	2.704	13%	3.752	14%	2.617	14%	3.459	16%	3.536	15%	3.594	17%
Recebimentos e salários em géneros	871	4%	883	4%	1.024	5%	781	4%	794	3%	655	4%	1.339	6%	739	3%	417	2%

Signais convencionais:

§ valor com erro de amostragem associado superior a 30%, pelo que não pode ser divulgado

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Segundo os dados do Inquérito às Despesas das Famílias – 2005/06, do INE, o rendimento líquido médio mensal por agregado familiar era de 1 845 euros (22 136 euros anuais por agregado familiar e 8 790 euros anuais *per capita*). Este valor é, no entanto, substancialmente diferente consoante as diferentes regiões (NUTS II), sendo o Alentejo e o Norte as duas regiões com menores rendimentos. O Alentejo, por exemplo, possui um rendimento líquido anual de 18 276 euros (cerca de 1 523 euros mensais), o que equivale a 83% da média nacional e 67% do rendimento líquido anual médio da região de Lisboa – região nacional que possui maiores rendimentos médios. O Norte é a segunda região com menores rendimentos médios – 19 906 euros anuais e cerca de 1 659 euros mensais.

Sublinhe-se que neste rendimento médio é considerado não só o rendimento monetário, que para a média nacional corresponde a 81% do rendimento total, como também o rendimento não monetário tal como o auto-consumo e auto-abastecimento, a auto-locação²⁶ e recebimentos e salários em género. Ao nível do rendimento não monetário, destaca-se sobretudo a auto-locação, que equivale a 14% do rendimento total médio por agregado. Analisando as diferentes NUTS verifica-se que é no Algarve e no Norte as duas regiões onde os rendimentos não monetários são mais elevados, correspondendo a 23% e 21% respectivamente. Em ambas regiões o peso do rendimento não monetário é influenciado sobretudo pela auto-locação, sendo no entanto de referir que os recebimentos e salários em género atingem também valores mais altos face as restantes regiões (6% do rendimento médio na Região do Algarve e 5% na Região Norte).

Em Portugal, ao nível do rendimento monetário, o trabalho por conta própria é o que possui maior peso no rendimento total (49%), sendo seguido das pensões (18%). As outras prestações sociais correspondem a 3% do rendimento total anual médio por agregado familiar. O peso das pensões é superior a média nacional na região Centro (20%), em Lisboa (19%) e no Alentejo (19%). O peso das outras transferências sociais é superior à média nacional apenas na Região Norte (4%).

Saliente-se ainda que se a taxa de risco pobreza, em Portugal, fosse calculada com base nos resultados do Inquérito às Despesas das Famílias, esta taxa seria de 19% se tivesse em conta apenas o rendimento monetário e de 16% se tivesse em conta também o rendimento não monetário. Os indicadores de desigualdade têm também valores mais

²⁴ Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008

²⁵

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

²⁶ Auto-avaliação, pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito, de valor hipotético de renda de casa

baixos quando é incluído o rendimento não monetário. Os 20% mais ricos possuem rendimentos 5.5 vezes superiores aos 20% mais pobres quando contabilizado o rendimento não monetário. Analisando apenas o rendimento monetário, esse valor sobe para 6.5.

Rendimento Líquido Anual por grau de urbanização (2005/06)²⁷
(INE)

	Total		Área Predominantemente urbana		Área Medianamente urbana		Área Predominantemente rural	
	€	%	€	%	€	%	€	%
Rendimento total anual médio por agregado	22136	100	24382	100	18422	100	14585	100
<i>Rendimento monetário líquido</i>	<i>17891</i>	<i>81</i>	<i>19906</i>	<i>82</i>	<i>14159</i>	<i>78</i>	<i>11228</i>	<i>77</i>
Trabalho por conta de outrem	10770	49	12317	51	8597	47	5134	35
Trabalho por conta própria	2006	9	2154	9	1828	10	1429	10
Propriedade e capital	394	2	447	2	271	1	253	2
Pensões	3981	18	4180	17	3101	17	3936	27
Outras transferências sociais	556	3	586	2	583	3	369	3
Outras transf de agregados e outras n.e.	184	1	222	1	78	0	107	1
<i>Rendimento não monetário</i>	<i>4246</i>	<i>19</i>	<i>4476</i>	<i>18</i>	<i>3963</i>	<i>22</i>	<i>2257</i>	<i>23</i>
Auto-consumo e auto-abastecimento	288	1	193	1	501	3	539	4
Auto-locação	3087	14	3385	14	2572	14	2106	14
Recebimentos e salários em géneros	871	4	898	4	890	5	711	5

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Destaque-se também a existência de diferenças significativas no rendimento líquido anual consoante o grau de urbanização dos locais de residência. É efectivamente nas regiões predominantemente rurais onde se verifica um rendimento total anual médio por agregado familiar mais baixo – 14 585 euros (cerca de 1 215 euros mensais). Sublinhe-se que este valor corresponde a cerca de 66% da média nacional e cerca de 60% do rendimento total anual médio das áreas predominantemente urbanas. É também nas zonas rurais onde se verifica um menor peso do rendimento monetário líquido (77%) e um maior peso das pensões (27%). O rendimento monetário líquido das zonas rurais corresponde a 63% da média nacional e apenas 56% do rendimento monetário líquido existente nas zonas predominantemente urbanas. Os rendimentos não monetários têm assim uma importância acrescida junto dos agregados familiares das zonas rurais. Apesar da auto-locação sobressair face aos outros rendimentos não monetários, é ao nível do auto-consumo e auto-abastecimento e recebimentos e salários em géneros que as zonas rurais se destacam face a média nacional.

²⁷

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Rendimento Líquido Anual por tipologia de agregado (2005/06)

(INE)

	Rendimento total anual médio			
	por agregado		per capita	
	€	total=100	€	total=100
Total	22136	100	8790	100
Agregados sem crianças / jovens dependentes	19162	87	9864	112
1 adulto	11267	51	11267	128
não idoso	14156	64	14156	161
idoso	9359	42	9359	106
2 adultos	20004	90	10002	114
não idosos	24988	113	12494	142
Sendo 1 idoso	17576	79	8788	100
idosos	15365	69	7682	87
3 ou + adultos	26734	121	7986	91
não idosos	27798	126	8396	96
idosos	25187	114	7389	84
Agregados com criança(s) ou jovem (ns) dependentes	26245	119	7305	83
1 Adulto	18698	84	8210	93
com 1 criança / jovem	18837	85	9418	107
com 2 ou + crianças / jovens	18437	83	5922	67
2 Adultos	26498	120	7618	87
com 1 criança / jovem	24318	110	8106	92
com 2 crianças / jovens	28985	131	7246	82
com 3 ou + crianças / jovens	29945	135	5849	67
3 ou + adultos	27881	126	5934	68
com 1 criança / jovem	28990	131	6589	75
com 2 ou + crianças / jovens	25452	115	4498	51

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

Uma análise por tipologia de agregados familiares permite verificar que são as pessoas que vivem em agregados familiares mais numerosos e, em especial, os agregados com 2 ou + crianças, as que possuem rendimentos *per capita* menores. Destaque-se, nomeadamente, as pessoas que vivem em agregados compostos por 3 ou mais adultos no qual existem 2 ou mais crianças e jovens, os compostos por 2 adultos e 3 ou + crianças e as famílias monoparentais com 2 ou mais crianças. As baixas remunerações *per capita* das famílias com crianças ou jovens dependentes é obviamente influenciada pela existência de elementos no agregado que não auferem um rendimento. Em média, o rendimento *per capita* das pessoas que vivem em agregados com crianças e jovens dependentes correspondem a 83% do rendimento *per capita* do conjunto da população nacional.

Agregados com conforto básico no interior do alojamento (2005/06)

(INE)

Unidade: %

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Electricidade	99.7	99.7	99.7	99.7	99.9	99	99.3	99.9	99.8
Água Canalizada	98.5	98.5	97.8	98.6	99.7	97.6	96.2	99.9	98.9
Sistema de esgoto (rede pública ou sistema particular)	97.4	97.4	96.8	96.1	99.6	96.4	96.5	98.2	95.6
Instalação sanitária completa	95.8	95.8	94.2	95.3	98.9	93.9	94.1	97.6	95.9
Gás canalizado (incluindo de depósitos)	23.6	24.3	13.6	14.3	51	7.4	15.7	-	11

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

A electricidade é a infra-estrutura básica mais generalizada ao nível nacional – 99.7% dos agregados têm acesso a electricidade. Apenas o Algarve possui uma média inferior – 99.3%. Por outro lado, o gás canalizado (incluindo de depósito) abrange apenas 23.6% dos agregados familiares existentes em Portugal. Efectivamente, este indicador de conforto encontra-se ainda pouco difundido e a sua dispersão nacional é muito heterogénea. Enquanto na Região de Lisboa 51% dos agregados familiares já têm acesso ao gás canalizado, no Alentejo apenas 7.4% dos agregados têm acesso a esse bem.

Ao nível das instalações sanitárias completas, existem ainda 4,2% de agregados familiares sem esta infra-estrutura básica, sendo que na Região do Alentejo essa percentagem sobe para 6.1%. É igualmente significativo a existência de 2.6% dos agregados familiares sem sistema de esgoto e 1.5% sem acesso a água canalizada. A Madeira é a região onde se verificam maiores percentagens de agregados familiares sem sistema de esgoto (4.4%) e o Algarve a região onde o acesso a água canalizada é mais deficitário (3.8%).

Agregados com equipamentos de apoio ao trabalho doméstico (2005/06)

(INE)

Unidade: %

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Fogão ou placa	99.8	99.8	99.7	99.8	100	99.8	99.7	99.8	99.3
Frigorífico	99	99	99.1	98.7	99.7	97.3	98.7	99.5	98.2
Micro-ondas	70.2	69.8	64.7	66.4	78.1	69.7	72.7	88.9	74.9
Arca congeladora	63.1	63	61.6	77.3	51.2	74.3	54.8	69.1	59.5
Aspirador	79.9	80.3	80	79.1	86.7	66.3	72.7	73.6	64.5
Máquina de lavar roupa	89.3	89.2	88.2	88.6	91.4	88.2	88.5	94.5	88.4
Máquina de secar roupa	19.1	18.7	19.6	14.8	20.2	22	16.7	47.1	11.5
Máquina de lavar/secar roupa	2.8	2.8	1.9	1.4	5.5	1.7	2.3	-	1.3
Máquina de lavar louça	34.7	35.4	30.8	30.2	45.6	34.4	34.3	20.9	13.3
Máquina de costura	41.5	41.9	35.3	48.7	39.9	57	43.7	38.1	25.4

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

²⁸ Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008

Os equipamentos doméstico cujo acesso se encontra menos generalizado em Portugal é a máquina de lavar/secar roupa (apenas 2.8% dos agregados possuem esse bem), a máquina de secar roupa (19.1%), a máquina de lavar louça (34.7%) e a máquina de costura (41.5%). Por sua vez, o fogão ou placa é o electrodoméstico mais difundido (99.8%). No entanto, não deixa de ser relevante que 0.2% dos agregados ainda não tenha acesso a este bem essencial à preparação da alimentação. O frigorífico encontra-se igualmente ausente em 1% dos agregados familiares em Portugal e em 2.7% dos agregados familiares no Alentejo. A arca congeladora, por seu lado, apenas se encontra difundida junto de 63.1% dos agregados familiares em Portugal e junto de 54.8% dos agregados familiares da Região do Algarve.

Agregados com equipamentos de comunicação e lazer (2005/06)
(INE)

Unidade: %

	Total	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira
Telefone – rede fixa	68.7	68.7	63	70.5	75.5	66.2	64.7	78	59.5
Telefone – rede móvel	81.4	81.4	80.7	76.5	88.8	72.3	80.4	81.5	81.7
Computador	43.9	43.9	40.9	40.3	52.6	36.6	43.5	45.6	40.8
Aparelho de televisão	98.9	96.9	98.8	98.8	99.3	98	98.8	99.6	98.6
Televisão por cabo/satélite	42.1	40.6	31.8	27.2	66.5	24.8	39.9	78	80.3
Video-gravador	48.2	48.5	49	41.4	56.2	40.8	47	40.4	38.4
Câmara de vídeo	17	17.2	15.6	13.6	22.4	13.7	21.5	13.3	12.8
Leitor de DVD	49.2	49.3	49.2	38.3	60.4	40.4	50.9	52.5	40.7
Leitor de CD	53.4	53.4	50.6	45.2	65.8	44.5	55.1	56.4	47.9
Gravador de cassetes áudio	43	42.9	39.1	41.5	50.1	38.2	41.1	46.3	45.7
Aparelho de rádio	90.4	90.6	92.1	90.4	91.9	81	88.6	81.1	88.4
Gira-discos	22.6	23	19.3	19.8	30.8	19.7	22.4	12.1	16.5
Equipamento fotográfico	48.3	48.6	43.4	45.4	59	41.8	49.2	41.5	40.1

Fonte: INE, Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

O acesso a bens de comunicação e de lazer é outro indicador de conforto que permite perceber a situação nacional ao nível da pobreza. Refira-se que, entre os bens identificados no inquérito, os que apresentam uma maior generalização junto dos agregados familiares são o aparelho de TV (98,9%), o aparelho de rádio (90.4%) e o telefone – rede móvel (81.4%), ou seja, canais de comunicação que na sociedade contemporânea assumem uma grande importância. Por outro lado, a câmara de vídeo existe apenas junto de 17% dos agregados familiares.

É também no acesso a estes bens de comunicação e lazer que é possível verificar as desigualdades existentes entre as diferentes regiões. Assim, a região de Lisboa é a única região que apresenta valores superiores a média nacional no acesso a todos os equipamentos de comunicação e lazer identificados neste inquérito. Na posição oposta encontra-se a Região do Alentejo, sendo a única com percentagens inferiores a média em todos os equipamentos apresentados. Refira-se ainda que a Região do Alentejo apresenta as percentagens mais baixas em 7 (telemóvel, computador, aparelho de televisão, TV por cabo, leitor de CD, gravador de cassetes áudio, aparelho de rádio) dos 13 equipamentos apresentados no inquérito.

Estrutura de despesa total anual (2005/06)³⁰

(INE)

	Total		Continente		Nbrte		Centro		Lisboa		ALENTEJO		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%	€	%
Despesa total anual média por agregado	17.607	100%	17.655	100%	16.992	100%	15.958	100%	20.715	100%	14.057	100%	18.319	100%	17.353	100%	15.484	100%
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2.736	16%	2.735	15%	2.667	17%	2.576	16%	2.622	14%	2.345	17%	2.697	15%	3.077	18%	2.458	16%
02 Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estup.	403	2%	401	2%	419	2%	324	2%	438	2%	371	3%	484	3%	504	3%	380	2%
03 Vestuário e calçado	726	4%	728	4%	740	4%	620	4%	657	4%	549	4%	693	4%	756	4%	582	4%
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combust.	4.691	27%	4.684	27%	4.346	26%	4.142	26%	5.667	27%	3.901	28%	5.206	28%	4.952	29%	4.754	31%
05 Móveis, artigos de decoração, equip. doméstico e desp. cor.manut.hab.	839	5%	836	5%	821	5%	763	5%	983	5%	624	4%	770	4%	1.148	7%	665	4%
06 Saúde	1.066	6%	1.069	6%	970	6%	1.001	6%	1.295	6%	964	7%	910	5%	972	6%	1.022	7%
07 Transportes	2.272	13%	2.275	13%	2.174	13%	2.446	15%	2.434	12%	1.647	12%	2.239	12%	2.439	14%	1.947	13%
08 Comunicações	519	3%	519	3%	470	3%	479	3%	621	3%	454	3%	564	3%	541	3%	519	3%
09 Lazer, distração e cultura	997	6%	1.005	6%	911	5%	766	5%	1.405	7%	621	4%	1.088	6%	675	5%	745	5%
10 Ensino	301	2%	307	2%	306	2%	178	1%	485	2%	128	1%	151	1%	143	1%	140	1%
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	1.909	11%	1.935	11%	1.681	11%	1.622	10%	2.295	11%	1.582	11%	2.327	13%	1.003	6%	1.515	10%
12 Outros bens e serviços	1.147	7%	1.159	7%	1.065	6%	1.041	7%	1.413	7%	861	6%	1.190	6%	944	5%	759	5%
Despesa total anual per capita	6.993		7.046		6.230		6.315		8.654		5.760		7.789		6.063		5.268	

Fonte: Inquérito às Despesas das Famílias 2009/08

Em Portugal, cerca de 55% das despesas dos agregados familiares referem-se a gastos com habitação, água, electricidade e gás (26.6%), produtos alimentares (15.5%) e transportes (13%). Nas Regiões Autónoma dos Açores e da Madeira estas despesas correspondem a 60% e 59% respectivamente.

Estrutura de despesa total anual entre 1989/90 e 2005/06³¹

(INE)

	Unidade: %			
	1989 / 90	1994 / 95	2000	2005 / 06
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	29,5	21,0	18,7	15,5
02 Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estup.	3,7	2,8	2,8	2,3
03 Vestuário e calçado	9,3	6,3	6,6	4,1
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combust.	12,4	20,6	19,8	26,6
05 Móveis, artigos de decoração, equip. doméstico e desp. cor.manut.hab.	7,1	6,7	7,2	4,8
06 Saúde	3,0	4,8	5,2	6,1
07 Transportes	14,8	15,6	15,0	12,9
08 Comunicações	1,1	2,0	3,3	3,0
09 Lazer, distração e cultura	3,9	3,7	4,8	5,7
10 Ensino	0,6	1,3	1,3	1,7
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	9,9	9,1	9,5	10,8
12 Outros bens e serviços	4,8	6,5	6,1	6,5

Fonte: Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989/90, 1994/95 e 2000) e Inquérito às Despesas das Famílias 2005/06

²⁹ Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008³⁰

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

³¹

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=13854009&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt

Refira-se, no entanto, que entre 1989/90 e 2005/06 verificou-se uma diminuição significativa do peso das despesas com os produtos alimentares. Em 1989/90, era ao nível dos produtos alimentares que se concentrava a principal despesa dos agregados familiares, correspondendo a 29.5% das despesas globais. Por outro lado, verificou-se, neste período, um aumento importante ao nível das despesas com a habitação, água, electricidade e gás. Em 1989/90 estas despesas correspondiam a 12.4% dos gastos dos agregados familiares.

Emprego/ desemprego³²

No 2º trimestre de 2008 a taxa de desemprego foi de 7.3% (409.9 mil indivíduos) o que revela uma diminuição de 0.6 pontos percentuais face a igual período em 2007, e de 0.3 pp face ao 1º trimestre deste ano. Por sua vez o número de empregados aumentou 1.4% quando comparado com o mesmo trimestre de 2007 e 0.7% relativamente ao trimestre anterior.

A diminuição da taxa de desemprego tem vindo a ocorrer desde o 1º Trimestre de 2007 quando a taxa de pobreza atingiu o seu pico mais alto nos últimos 10 anos. No entanto, em 2007, a média da taxa de desemprego foi de 8%, um valor superior a taxa de desemprego em 2006 (7.7%) e um aumento de 4.9% da população desempregada.

A descida da taxa de desemprego face ao mesmo período do ano passado foi influenciada particularmente pela diminuição no número de mulheres desempregadas (25.0 mil); a diminuição do desemprego de pessoas com idade até aos 34 anos (33.0 mil) e daquelas com idades dos 25 aos 34 anos (27.5 mil); a diminuição do desemprego de indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico (24.9 mil), mas também ensino secundário (2.6 mil) e pós-secundário (3.2 mil) (embora neste caso os contributos tenham sido menores); desempregados à procura de novo emprego (com uma diminuição na ordem dos 26.5 mil); e a diminuição em 19.5 mil dos desempregados à procura de emprego há menos de um ano.

Relativamente ao acréscimo verificado na população empregada verificou-se que este ficou a dever-se ao aumento do número de empregados de ambos os sexos (em especial para as mulheres – 46.6 mil); ao acréscimo de 80.9 mil empregados com idade dos 25 aos 64 anos; e ao aumento no número de empregados com nível de escolaridade completo (ensino superior – 44.0 mil).

³² Destaque, Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2008, INE, Agosto de 2008.

FONTES

- Commission Staff Working Document - *Joint Report on Social Protection and social Inclusion – 2007*, SEC(2007) 329
- Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006, INE, Março de 2008
- Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008
- Destaque, Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2008, INE, Agosto de 2008
- *Euro-Indicators*, Eurostat, 127/2008 (12 de Setembro de 2008)
- *Euro-Indicators*, Eurostat, 136/2008 (1 de Outubro de 2008)
- *Euro-Indicators*, Eurostat, 39/2008 (17 de Março de 2008)
- European Commission, *Economic Forecast*, Spring 2008
- European Observatory on the Social Situation - Social Inclusion and Income Distribution Network, *Social Inclusion and Income Distribution in the European Union – 2007*, European Commission, December 2007
- Eurostat, *Statistics in Focus*, 46/2008
- Social Protection Committee, *Child Poverty and Well-Being in the EU. Current status and way forward*, European Commission, January 2008
- *Structural Indicators*. <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>